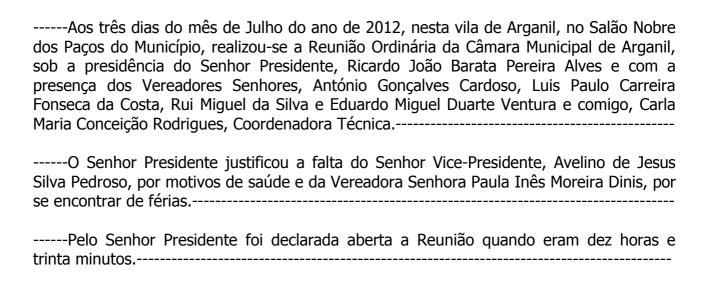


#### ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA

**EM** 

#### **03 DE JULHO DE 2012**

#### **ACTA Nº 14**

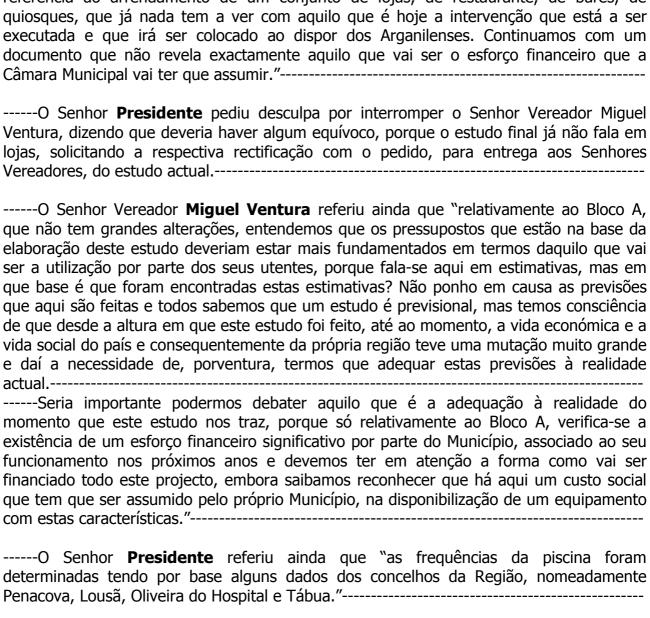


# PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Usou da palavra o Senhor <b>Presidente</b> referindo que "foi distribuído o docume sobre o Plano de Sustentabilidade da Cerâmica e poderemos aproveitar este periodo pos Senhores Vereadores fazerem alguma intervenção sobre a leitura que fizeram mesmo, caso queiram."	ara
Pediu a palavra o Senhor Vereador <b>Miguel Ventura</b> começando "por desejar ráprestabelecimento ao senhor Vice-Presidente, pelo acidente que sofreu	de ilise s à



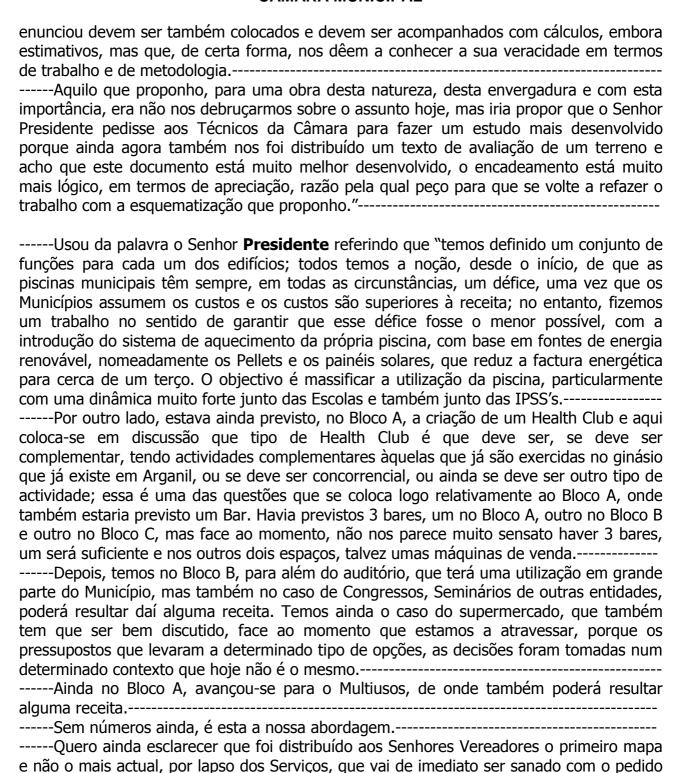




-----Pediu a palavra o Senhor Vereador **Rui Silva** dizendo que "a minha intervenção vem no seguimento da intervenção do Senhor Vereador Miguel Ventura; para ser mais sucinto, acho que este trabalho peca por defeito; faltam alguns elementos que devem ser ponderados e devem ser desenvolvidos e também devem ser justificados. Acho que peca na especificidade e na especialidade; a introdução devia ser mais desenvolvida, os métodos de cálculo e de avaliação de todas essas condições que o Senhor Presidente







-----Pediu a palavra o Senhor Vereador **Luis Paulo Costa** explicando que "a metodologia que foi utilizada é a mesma que foi imposta pela própria gestão do Mais Centro;

e entrega dos mapas actuais e sua fundamentação."------



inclusivamente os ficheiros em Excel que suportam esta informação foram disponibilizados por essa entidade. Contudo, e aqui partilho da preocupação que foi transmitida, podemos, sem grandes problemas, desagregar cada uma das parcelas que agui estão; particularmente no que diz respeito à questão das receitas, em que estão valores agregados, aquilo que tivemos em consideração foram as frequências estatísticas reais dos equipamentos idênticos aqui da nossa região; aquilo que entendemos é que as pessoas de Arganil não serão muito diferentes daquilo que são as de Penacova, de Oliveira, de Tábua ou da Lousã. Foi com base na análise estatística da freguência real desses equipamentos que depois se efectuaram estes cálculos em termos de receitas.---------Por outro lado, e em relação à preocupação transmitida pelo Senhor Vereador Miguel Ventura, que é uma preocupação de todos nós, a questão do défice, nós sabemos que não há nenhuma piscina pública aquecida municipal que seja excedentária; penso que nenhum de nós, à partida, contaria que este fosse o caso de estudo em que tal acontecesse. Objectivamente temos aqui um défice, é um valor que ainda é significativo, mas se compararmos por exemplo com aquilo que é o défice ao nível das bibliotecas, estamos a falar de uma quarta parte daquilo que é o défice das bibliotecas. Ainda assim, estamos a falar de um custo que é comportável e que está dentro das capacidades financeiras da Autarquia."-----

-----O Senhor **Presidente** esclareceu que "os documentos entregues na última Assembleia Municipal, relativos à reabilitação da antiga Cerâmica Arganilense, Blocos B e C, foram os que acompanharam a candidatura efectuada ao POVT (Programa Operacional Temático da Valorização do Território), que foi elaborada antes da alteração do projecto".-

-----Pediu ainda a palavra o Senhor Vereador **Miguel Ventura** dizendo que "na sequência da sugestão que o Senhor Vereador Rui Silva aqui deixou, poderíamos numa outra reunião, com outros detalhes disponíveis, darmos todos o nosso contributo para estes documentos.-----

-----O Senhor **Presidente** propôs que este assunto fosse analisado na reunião de 7 de Agosto, tendo sido aceite por todos os presentes.-----



#### **ORDEM DO DIA**

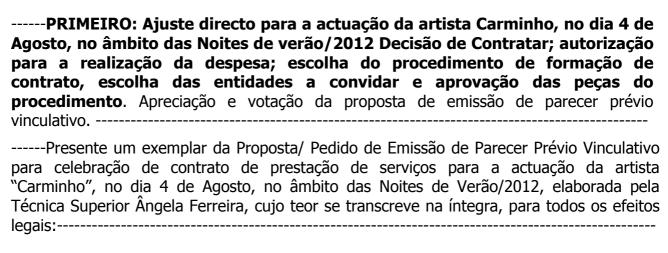
O Senhor Presidente apresentou, de imediato, a seguinte Ordem de Trabalhos:
ORDEM DE TRABALHOS:
Seguidamente o Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, propôs ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto do art. 83º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/02 de 11 de Janeiro e nos termos do Regimento em vigor, reconheça a urgência da deliberação sobre os assuntos abaixo indicados:
1 — Apreciação e votação da proposta para <b>atribuição de 6 Bolsas de Participação aos 6 melhores alunos do Concelho de Arganil,</b> do 11º Ano de escolaridade
2 – Apreciação e votação da proposta para atribuição de Escalões em Acção Social Escolar dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico – Ano Lectivo 2012/2013
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a inclusão na Ordem do Dia dos referidos assuntos
Capítulo Primeiro
Aprovação de Acta
PRIMEIRO: Discussão e aprovação da Acta nº 13, correspondente à reunião ordinária realizada no dia 19 de Junho de 2012
Lida que foi em voz alta, analisado o seu conteúdo e produzidos os esclarecimentos necessários, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a <b>Acta nº 13</b> correspondente à reunião ordinária realizada no dia <b>19 de Junho de 2012.</b>

Capítulo Segundo

**Diversos** 







#### **Proposta**

Pedido de Emissão de Parecer Prévio Vinculativo para a celebração de contrato de prestação de serviços para a atuação da artista "Carminho", no dia 4 de Agosto, no âmbito das noites de verão/2012

(Art.º 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro)

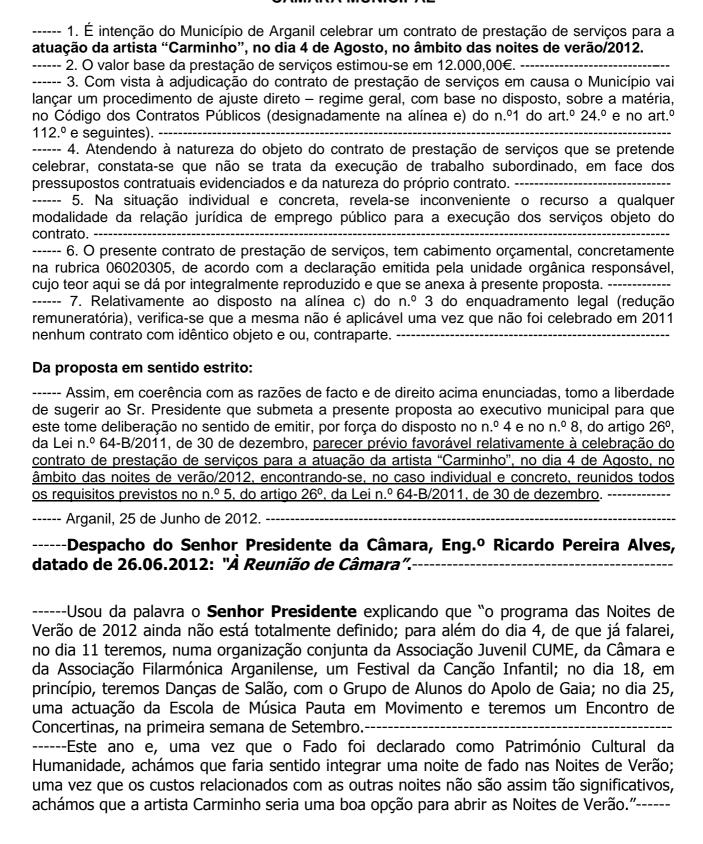
#### **Enquadramento Legal:**

- - - b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; ------

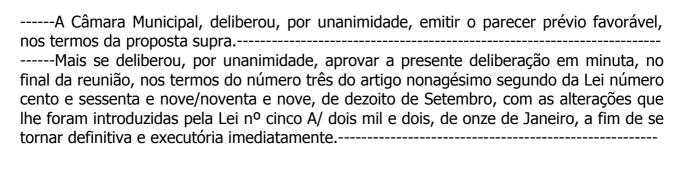
Do contrato de prestação de serviços a celebrar:











#### **Proposta**

Pedido de Emissão de Parecer Prévio Vinculativo para a celebração de contrato de prestação de serviços com um auditor externo, para a verificação das contas do Município, dos anos de 2012 e de 2013 em cumprimento do disposto no art.º 48.º da Lei n.º2/2007 de 15 de Janeiro, com as devidas atualizações (Art.º 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro)

#### **Enquadramento Legal:**



#### Do contrato de prestação de serviços a celebrar:

#### Da proposta em sentido estrito:

----- Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Sr. Presidente que submeta a presente proposta ao executivo municipal para que este tome deliberação no sentido de emitir, por força do disposto no n.º 4 e no n.º 8, do artigo 26º, da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, parecer prévio favorável relativamente à celebração do contrato de prestação com um auditor externo, para a verificação das contas do Município dos anos de 2012 e de 2013, em cumprimento do disposto no art.º 48.º da Lei n.º2/2007 de 15 de Janeiro, com as devidas atualizações, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 5, do artigo 26º, da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro. -----





Arganil, 25 de Junho de 2012,
Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, datado de 26.06.2012: "À Reunião de Câmara"
A Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, emitir o parecer prévio favorável, nos termos da proposta supra
Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei no cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente
TERCEIRO: Apreciação e votação da proposta de aumento temporário dos fundos disponíveis
Presente a informação nº INF/DAGF/420/2012, datada de 28/06/2012, da Técnica Superior Sara Rodrigues, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais
Superior Sara Rodrigues, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais Considerando o disposto na alínea f) do artigo 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que considera quais as verbas que são consideradas para a determinação dos Fundos Disponíveis, verbas estas que são consideradas para o trimestre seguinte, por forma a permitir os Municípios
Superior Sara Rodrigues, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais Considerando o disposto na alínea f) do artigo 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que considera quais as verbas que são consideradas para a determinação dos Fundos Disponíveis, verbas estas que são consideradas para o trimestre seguinte, por forma a permitir os Municípios assumirem compromissos
Superior Sara Rodrigues, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais Considerando o disposto na alínea f) do artigo 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que considera quais as verbas que são consideradas para a determinação dos Fundos Disponíveis, verbas estas que são consideradas para o trimestre seguinte, por forma a permitir os Municípios assumirem compromissos

#### AUMENTO TEMPORÁRIO DOS FUNDOS DISPONÍVEIS

(nº 1 do artigo 4º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro)

#### **Receitas Gerais:**

OBJECTO / PROGRAMA	ORIGEM DA RECEITA	MÊS DE REFERÊNCIA	VALOR	OBSERVAÇÕES
Reabilitação da Antiga Cerâmica Arganilense	comunitários	Não é possível identificar o mês do recebimento efetivo da receita, uma vez que depende da execução física e financeira do projeto e do prazo de pagamento da entidade gestora.	1.187.380,60 €	O montante foi calculado tendo por base o valor que falta receber da comparticipação financeira.



Piscina Municipal de Arganil	Fundos comunitários	Não é possível identificar o mês do recebimento efetivo da receita, uma vez que depende da execução física e financeira do projeto e do prazo de pagamento da entidade gestora.	593.539,15 €	O montante foi calculado tendo por base a percentagem de comparticipação financeira sobre o valor adjudicado do projeto (parte elegível) .
Requalificação da Escola EB1 de Arganil	Fundos comunitários	Não é possível identificar o mês do recebimento efetivo da receita, uma vez que depende da execução física e financeira do projeto e do prazo de pagamento da entidade gestora.	149.450,27 €	O montante foi calculado tendo por base o valor que falta receber da comparticipação financeira.
Requalificação da Ribeira do Piódão e Zona Envolvente	Fundos comunitários	Não é possível identificar o mês do recebimento efetivo da receita, uma vez que depende da execução física e financeira do projeto e do prazo de pagamento da entidade gestora.	23.188,83 €	O montante foi calculado tendo por base a percentagem de comparticipação financeira sobre o valor adjudicado do projeto (parte elegível) .
Implementação de Pavimento em Relva Sintética no Campo de Futebol Dr. Eduardo Ralha	Fundos comunitários	Não é possível identificar o mês do recebimento efetivo da receita, uma vez que depende da execução física e financeira do projeto e do prazo de pagamento da entidade gestora.	5.811,48 €	O montante foi calculado tendo por base o valor que falta receber da comparticipação financeira.
Regeneração e Valorização da Ribeira de Folques	Fundos comunitários	Não é possível identificar o mês do recebimento efetivo da receita, uma vez que depende da execução física e financeira do projeto e do prazo de pagamento da entidade gestora.	63.000,01 €	O montante foi calculado tendo por base o valor que falta receber da comparticipação financeira.
Plano de Aldeia de Vila Cova do Alva - Requalificação dos Espaços Públicos	Fundos comunitários	Não é possível identificar o mês do recebimento efetivo da receita, uma vez que depende da execução física e financeira do projeto e do prazo de pagamento da entidade gestora.	53.895,14 €	O montante foi calculado tendo por base o valor que falta receber da comparticipação financeira.
Parque Verde Urbano do Sub-Paço	Fundos comunitários	Não é possível identificar o mês do recebimento efetivo da receita, uma vez que depende da execução física e financeira do projeto e do prazo de pagamento da entidade gestora.	142.251,36 €	O montante foi calculado tendo por base o valor que falta receber da comparticipação financeira.



Requalificação de Espaços Exteriores e Redes Viárias de Piódão	Fundos comunitários	Não é possível identificar o mês do recebimento efetivo da receita, uma vez que depende da execução física e financeira do projeto e do prazo de pagamento da entidade gestora.	191.480,32 €	O montante foi calculado tendo por base o valor que falta receber da comparticipação financeira.
Centro Educativo de Coja (EB1, Pré-Escolar e Creche)	Fundos comunitários	Não é possível identificar o mês do recebimento efetivo da receita, uma vez que depende da execução física e financeira do projeto e do prazo de pagamento da entidade gestora.	36.738,46 €	O montante foi calculado tendo por base o valor que falta receber da comparticipação financeira.
TOTAL			2.446.735,62 €	

-----Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, datado de 29.06.2012; À Reunião de Câmara.-----

-----Usou da palavra o **Senhor Presidente** referindo que "a Lei dos Compromissos foi publicada em Fevereiro e a publicação da portaria que estabelece a regulamentação saiu no dia 21 de Junho; há um instrumento na lei que permite um aumento temporário dos fundos disponíveis isto é, para poder haver aquisições ou para poder haver empreitadas, na lógica do compromisso, isso só pode acontecer se houver fundos disponíveis; e há um constrangimento, que é se a despesa, qualquer despesa, tem um impacto só nesse ano, tem que ser considerada na sua totalidade ou seja, se nós formos realizar uma obra, ou uma aquisição, no valor de um milhão de euros, temos que considerar que vamos ter fundos disponíveis para a suportar, nos 3 meses seguintes e não o prazo da obra ou o prazo de aquisição. Nesse sentido, é necessário ter um orçamento de tesouraria anual e isto vai induzir que os Orçamentos e os Planos Plurianuais de Investimentos têm que ser muito mais realistas do que são até hoje; não quer dizer que o Município não tenha feito um caminho de aproximação ao realismo, mas terão que ser execuções ainda muito mais elevadas e depois é preciso gerir os fundos disponíveis, havendo um instrumento da possível antecipação, para permitir que este tipo de aquisições e de empreitadas possam avançar. Na prática, o que hoje propomos, é um aumento temporário dos fundos disponíveis, neste valor de 2.113.003,94€, que está alicerçado naquilo que são os Fundos Comunitários que temos a receber."-----

-----Teve a palavra o Senhor Vereador **Luis Paulo Costa** referindo que "basicamente, o que temos neste momento, em termos de Lei dos Compromissos, é a obrigatoriedade de reflectir tudo aquilo que são compromissos assumidos, quer sejam compromissos que se vençam hoje, quer sejam compromissos que se vençam até ao final do ano; todos eles têm que estar reflectidos no mapa de fundos disponíveis. Dando um exemplo muito concreto: temos o caso da Cerâmica, em que contamos que a intervenção fique concluída em Setembro. Concluindo-se a empreitada em Setembro, apenas em Outubro será aprovado





último auto de medição. Este auto de medição dará lugar a uma factura que, cumprindo a regra dos 90 dias, não será paga antes de Dezembro ou Janeiro de 2013; ou seja, dagui a sete meses. Ora, aquilo que resulta directamente da Lei dos Compromissos é que o Município terá que ter fundos disponíveis nos próximos três meses para algo que só vai pagar dagui a sete. Não tem muita lógica. ---------- Do ponto de vista técnico, podiam colocar-se duas possibilidades: uma das alternativas consistiria em fazer o compromisso de acordo com o cronograma financeiro da obra; o legislador não seguiu esta via e, se calhar, todos percebemos porquê. Porque se fossem estritamente cumpridas as regras do POCAL não existiriam pagamentos em atraso. Seria um caminho que daria dar lugar a muita criatividade por este País fora. O legislador afastou essa possibilidade; a possibilidade que deixou foi a de se fazer esta antecipação. No exemplo da Cerâmica de que há pouco se falou, trata-se de antecipar formalmente as receitas que vão ser recebidas entre Outubro e Dezembro, balanceando-se esta antecipação com a inscrição imediata da despesa que será paga, também, entre Outubro e Dezembro."----------- Analisados que foram os documentos em apreço e produzidos os esclarecimentos necessários, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar que se proceda ao aumento temporário dos Fundos Disponíveis, no montante de 2.113.003,94€. -----------Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo do Decreto-Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.-----

#### Capítulo Terceiro

#### **Expediente**

PRIMEIRO: Da Junta de Freguesia de Celavisa, ofício a solicitar a aprovação de
toponímia nas localidades de Celavisa, Caratão, Jurjais e Sequeiros
Presente o ofício da Junta de Freguesia, no qual é referido que a proposta
apresentada foi aprovada em sessão da Assembleia de Freguesia, realizada no passado
dia 24 de Junho
Presente ainda, as plantas com a toponímia proposta, que se dão por reproduzidas e
se anexa cópia à acta
Analisada que foi a proposta formulada pela Junta de Freguesia e considerando o
disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as
alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n º 5-4/2002 de 11 de Janeiro e hem

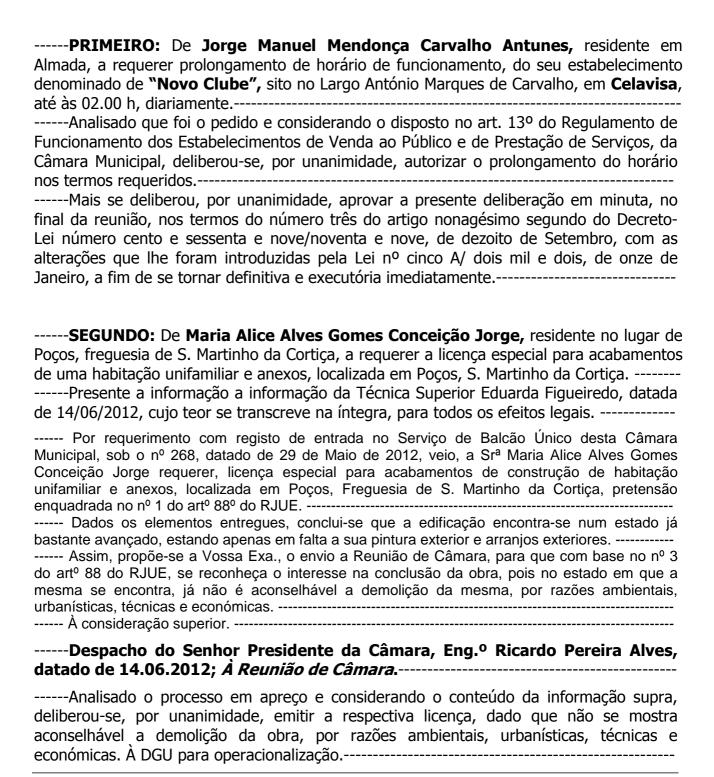


	obre Toponímia e Numeração de Polícia, deliberou-se s denominações pretendidas, a saber:	
Rua da Senhora da Co Largo de São Miguel; Quelha do Soito; Rua António Maria da Quelha do Loureiro; Caminho dos Quintais Rua do Eirado; Caminho da Ordem; Rua do Canto; Largo de Santo Antón Estrada do Vale;	sa:	
Escadinhas da Tia Nev	<b>o:</b> ves;al.	
Largo do Cimo; Travessa do Canto; Caminho do Barroco; Rua da Tenda; Rua dos Carecas; Rua da Ponte Concelh Largo da Capela; Rua da Taberna;	iros:	
Rua dos Compadres; Travessa dos Quintais Beco dos Claros; Beco do Passadiço;	horamentos de Sequeiros;	

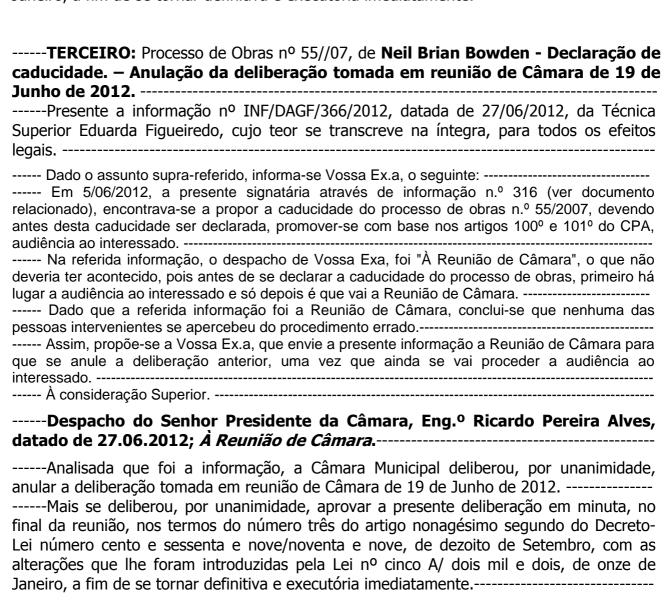


#### Capítulo Quarto

#### **Requerimentos Diversos**







Capítulo Quinto

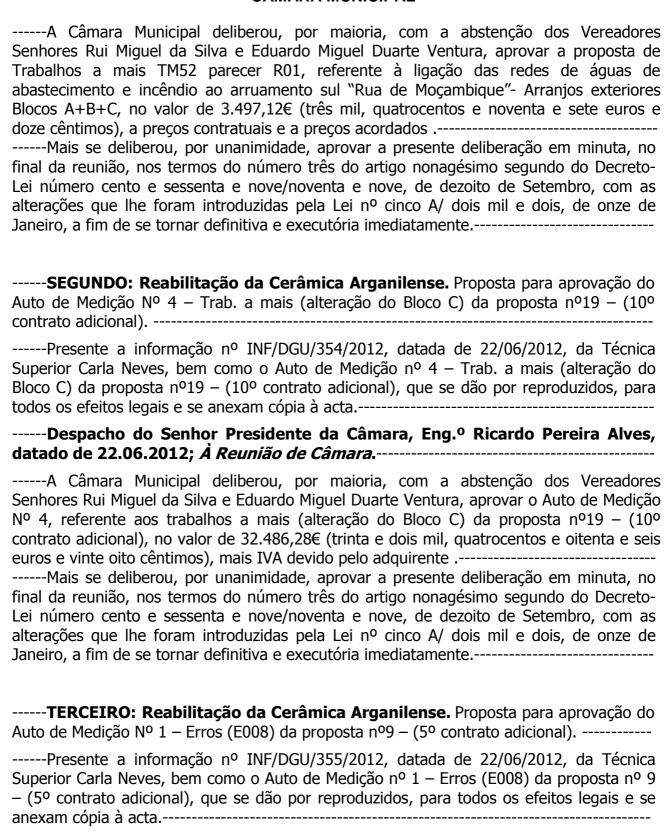
**Empreitadas** 





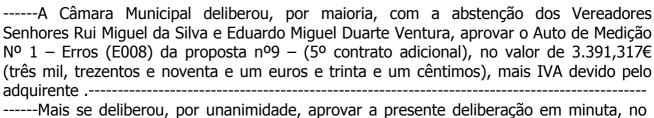
<b>PRIMEIRO: Reabilitação da Cerâmica Arganilense</b> . Proposta para aprovação de Trabalhos a mais TM52 parecer R01, referente à ligação das redes de águas de abastecimento e incêndio ao arruamento sul "Rua de Moçambique"- Arranjos exteriores Blocos A+B+C
Presente o Relatório/ parecer da fiscalização referente à proposta TM52 parecer R01, a Proposta do Empreiteiro, e o mapa de controlo de custos de trabalhos a mais/erros7omossões7trabalhos a menos, que se dão por transcritos e se anexam cópias à acta, para todos os efeitos legais
Presente ainda a informação nº INF/DGU/352/2012, datada de 22/06/2012, da Técnica Superior Carla Neves, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:
A obra supracitada, foi adjudicada por deliberação de Câmara Municipal datado de 04/09/2009 à empresa " <b>Telhabel Construções, S.A</b> ", pelo valor da sua proposta 5.181.491,60€ (cinco milhões, cento e oitenta e um mil, quatrocentos e noventa e um euros e sessenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com prazo de execução de 30 meses
Refere-se a presente proposta à revisão do projecto de rede de abastecimento de águas de abastecimento e incêndio ao arruamento sul "Rua de Moçambique", conforme justificação técnica emanada no parecer da fiscalização em anexo, para os devidos efeitos
Janeiro, propõem-se à Câmara Municipal aprovação da proposta de trabalhos a mais TM52,no valor de 3.497,26€, a preços contratuais e a preços acordados
Documentos em anexo que fazem parte integrante da presente informação (2
anexos): Relatório/parecer da fiscalização referente à proposta TM52 parecer R01
Proposta do empreiteiro Proposta do empreiteiro Mapa de controlo de custos trab. a mais/erros/omissões/trab. a menos
À Consideração Superior,
Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, datado de 22.06.2012; À Reunião de Câmara.











final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo do Decreto-Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.------

#### Capítulo Sexto

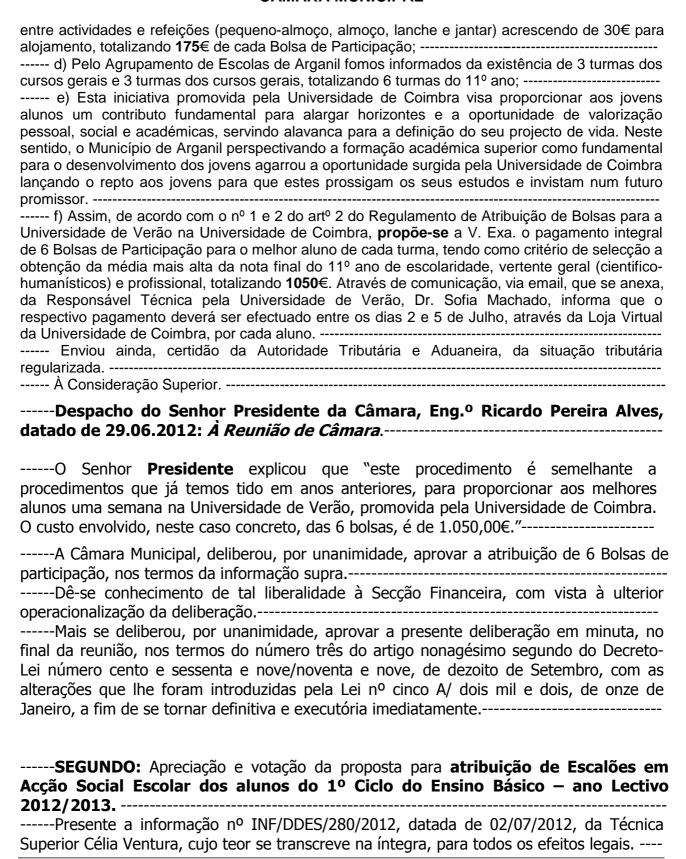
#### Assuntos Incluídos na Ordem do Dia

( Art. 83 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações)

-----PRIMEIRO: Apreciação e votação da proposta para atribuição de 6 Bolsas de

Participação aos 6 melhores alunos do Concelho de Arganil, do 11º Ano de escolaridade
Presente ainda a informação nº INF/GP/20/2012, datada de 29/06/2012, elaborada pela Técnica Superior Helena Travassos, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:
Face ao convite endereçado a este Município, por parte da Universidade de Coimbra, relativo ao Programa da Universidade de Verão, dirigido a alunos que frequentem o 11º ano de escolaridade no Concelho, que ocorrerá de 22 a 27 de Julho de 2012, cumpre-me informar V. Exa. do seguinte:
a) A Edição de 2012 conta com 16 áreas de conhecimento, nomeadamente: Arquitectura, Desporto, Direito e Administração Público-Privada, Economia, Engenharia Cívil e do Ambiente, Engenharia Informática & Design e Multimédia, Engenharia Mecânica, Farmácia, Física, Geociências, Letras, Matemática, Medicina, Psicologia, Educação e Serviço Social, Química, Sociologia
b) As áreas de conhecimento serão asseguradas por actividades específicas orientadas por docentes e investigadores das diferentes Faculdades da Universidade de Coimbra. Os alunos terão a oportunidade de conhecer os diferentes trabalhos de análise, pesquisa, debate, experiência e ensino. Estas actividades ocuparão as manhãs de segunda a sexta-feira, com a excepção da quarta-feira reservada ao convívio entre todos os participantes na descida do rio Mondego. Durante a tarde os jovens estudantes participam em diversas actividades transversais; c) O custo desta iniciativa é de 145€, incluindo seguro, material das actividades, deslocações







----- Para os efeitos do disposto no artº. 10º do Decreto-Lei nº 55/2009, de 2 de Março, o Escalão de apoio em que cada Agregado Familiar se integra, é determinado pelo seu posicionamento nos escalões de rendimento para atribuição de Abono de Família. Desta forma, têm direito a beneficiar dos apoios previstos no Decreto-Lei em referência, os alunos pertencentes aos agregados familiares integrados nos 1º e 2º Escalões de rendimentos – Refeições e Livros no 1º Ciclo do Ensino Básico.

Escalões de rendimentos de referência do Agregado Familiar	Rendimentos no ano 2011/per capita
10	Até 2.934,54€
20	De 2.934,55€ até 5.869,08€

Fatabala simo anto a	Escalões/Situações			NO do Alverso
Estabelecimentos de Ensino 1/A		2/B	Sem Benefício em Ação Social Escolar	Nº de Alunos Inscritos
Escola 1º CEB Arganil	38	47	59	144
Escola 1º CEB Folques	7	2	1	10
Escola 1º CEB Côja	15	21	23	59
Escola 1º CEB P.	4	5	2	11





Beira				
Escola 1º CEB	4	4	2	10
Pomares				
	13	11	13	37
Escola 1º CEB S.M. Cortiça				
	18	8	16	42
Escola 1º CEB Sarzedo				

Nota: As Refeições dos Alunos sem benefício estão assinaladas nos Anexos como Inscrição. ----- Informo, também, que algumas Famílias entregam os Formulários fora do prazo fixado - 15 de Junho de 2012. Este facto vem prejudicar a Operacionalização do Processo de Livros. Desta forma proponho que os Formulários que forem entregues após esta Informação não sejam alvo de Benefício em Livros. ----------- Após aprovação dos Escalões que se apresentam na presente proposta, será efetuado Processo de Livros para os Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico com Benefício Escolar. ---------- À Consideração Superior,-----------Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, datado de 02.07.2012: À Reunião de Câmara.---------- Presente ainda um exemplar das Listagens em referência nesta infirmação, que se dão como reproduzidas para todos os efeitos legais e se anexa cópia à acta. -----------Usou da palavra o Senhor Vereador **Luis Paulo Costa** para referir que "este ano, sendo aprovada esta proposta, introduziremos uma nova metodologia, particularmente no que diz respeito aos apoios aos manuais escolares. Até ao ano lectivo que terminou agora, eram atribuídos apoios financeiros aos encarregados de educação e eram eles que depois faziam a aquisição dos livros; este ano, por uma questão de rapidez e de simplicidade, vai optar-se por fazer uma consulta às livrarias do concelho, e vai fazer-se um procedimento no sentido de os agregados que estão contemplados, irem directamente a essas livrarias fazer o levantamento dos manuais escolares e a Câmara assumirá o pagamento dos manuais junto dessas mesmas papelarias."---------- Analisada que foi a presente informação e produzidos os esclarecimentos necessários, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o proposto. -----------Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no



# Capítulo Sétimo

# Comunicações da Presidência

O Senhor <b>Presidente</b> deu conhecimento do seguinte:
o serinor i residente ded connecimento do seguinte.
a) Aquisição do prédio urbano inscrito na matriz sob o nº 1018, sito ao Prado, freguesia de Côja, com a área 22,00m2, que confronta a norte com rua, a sul com rua, a nascente com Junta de Freguesia de Coja e a poente com rua, pelo valor 5.033,60€
b) Do e-mail enviado pela <b>ANMP</b> , na qual dá conhecimento que o Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), deliberou no sentido da não indicação de quaisquer representantes daquela Associação para a Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa, prevista no arto 13 da Lei no 22/2010, de 30 de Maio
ENCERRAMENTO
E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram onze horas e vinte minutos, para constar se lavrou a presente acta que eu, Carla Maria da Conceição Rodrigues, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente
<del></del>